



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS

MORTALIDADE E NECROPOLÍTICA: SOCORROS PÚBLICOS AOS RETIRANTES NAS SECAS (1877-1915)

André Ribeiro Totti ¹

Resumo: O presente estudo visa a experiência (THOMPSON, 1981) das relações de dominação estabelecidas entre as autoridades públicas e os retirantes na trajetória de atuação da Comissão de Socorros Públicos, durante os 38 anos que decorreram entre a grande estiagem de 1877 e a criação do Campo de Concentração, em 1915. A problematização parte de uma leitura do processo histórico por intermédio do conceito de Necropolítica (MBEMBE, 2003/2016), que objetiva trazer uma nova proposta para os estudos sobre a seca, mediante a observação sobre como os governantes, em suas práticas, produziram e influenciaram o crescimento da mortalidade de retirantes, de acordo com uma relação de inimizade (MBEMBE, 2017) estabelecida diante da presença da multidão de migrantes, entendida como “a causadora de tantos insustentáveis sofrimentos” (Op. Cit., p. 73) e potenciais perigos para os comerciantes, proprietários, profissionais liberais e servidores públicos residentes das cidades. Desse modo, por intermédio da leitura dos jornais e dos relatórios governamentais, o trabalho busca, por um lado, analisar como a produção discursiva (FOUCAULT, 1996) da imprensa e das autoridades enunciaram os retirantes de maneira estigmatizada, como sujeitos subalternizados e racializados, em uma compreensão que lidava com as suas vidas como se fossem de menor valor em relação à Vida Qualificada (AGAMBEN, 2007) de Fortaleza. Por outro lado, importa realizar a reflexão sobre como, diante das relações de subalternização estabelecidas no tratamento com a pobreza urbana, as práticas governamentais expuseram os retirantes a diversas situações que poderiam resultar em suas mortes, tanto durante os projetos emigratórios, como também nas ações de isolamento, nas quais se evidenciam fatais continuidades entre os abarracamentos de 1877 e a criação do Campo de Concentração, em 1915. Em suma, pretende-se analisar como, na experiência das estiagens, a mortalidade de retirantes se tornou algo banalizado e aceito seja pelas autoridades, seja pela opinião pública

Palavras-chave: Necropolítica. Seca. Mortalidade.

O presente tópico objetiva teorizar o processo histórico das secas a partir do modelo da Necropolítica (MBEMBE, 2003/2016), mediante a análise sobre como os governantes, em suas práticas, produziram e influenciaram o crescimento da mortalidade de retirantes, de maneira concomitante à produção de discursos que compreenderam as multidões de retirantes como potencialmente ofensivas à ordem social e à sobrevivência das elites urbanas.

¹ Mestrando em História Social (PPGH-UFC) na Linha de Pesquisa Trabalho e Migrações. Orientador: Dr. Tyrone Apollo Pontes Candido. Ouro (2022) e Prata (2023) na Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB). E-mail: contato.andretotti@gmail.com



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS

Até então, a historiografia sobre as secas do Ceará analisou as políticas de socorros a partir da perspectiva do poder disciplinar (NEVES, 2000; GARCIA, 2006; RIOS, 2014), no sentido de enfatizar como saberes médico-sanitaristas e sentimentos de repulsa e medo influenciaram medidas de controle para os retirantes. A relevância acadêmica da presente pesquisa reside na pretensão de analisar os discursos sobre os retirantes e as políticas governamentais por intermédio do recorte da Necropolítica (MBEMBE, 2003/2016). Portanto, ao invés de pensar as políticas de socorros somente como formas de controle social, pretende-se refletir como essas práticas atuaram aliadas ao extermínio e ao genocídio da população retirante.

Com o intuito de investigar as condições do “fazer morrer”, deve-se partir da noção de soberania², cuja expressão máxima Achille Mbembe considera como o direito de matar: “exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a manifestação do poder” (Op. Cit. p. 123). Com efeito, para o autor, o necropoder consiste num uso radical da soberania política. Nesse sentido, ele indica a necessidade de investigar as condições em que os sujeitos colonizados são assassinados e expostos à morte.

No meu trabalho de Dissertação, pretendi incorporar essas reflexões filosóficas como perguntas de pesquisa, norteadoras da perspectiva de análise histórica. Na exposição, compreende-se que os potenciais heurísticos das fontes históricas são determinantes para colocar limites na análise dos conceitos. Considero, nessa perspectiva, a importância de considerar, por um lado, a “lógica histórica”, pautada por Thompson (1981) como um diálogo entre conceito e evidência, e, por outro lado, a *experiência* (Op. Cit.) dos sujeitos históricos como fatores determinantes para a compreensão do processo histórico.

No presente texto, entregue como publicação nos anais do XIX Encontro Estadual de História da ANPUH, embora eu não consiga expor de forma direta a análise das minhas fontes de pesquisa, indico algumas das reflexões de pesquisa, obtidas após a análise de fontes documentais como os jornais oitocentistas, os relatórios de governantes provinciais e os estudos como o de Rodolfo Teófilo.

² A abordagem do filósofo camaronês dialoga se baseia nas críticas de Michel Foucault (1999) sobre a soberania e sua relação com a guerra, bem como no conceito foucaultiano de Biopoder.



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 **FAEC/UECE - CRATEÚS**

A ideia de que a mortalidade na época de secas foi decisivamente influenciada por ações governamentais não é nova, mas já está presente desde Mike Davis (2002), que propôs uma abordagem pautada na documentação acerca de como o imperialismo inglês gerou crises de subsistência e fome em massa nos espaços coloniais, particularmente no caso da China, da Índia e do Brasil. Certamente, devem ser levados em consideração os fatores naturais, decorrentes da oscilação da temperatura do mar do pacífico, o El Niño, responsável por ocasionar três crises de subsistência global, na sucessão de três secas: 1876-79, 1889-91 e 1896-1902. Entretanto, mais determinantes foram, ainda, as práticas colonialistas inglesas.

A tese de Davis é que milhões morreram no “processo de violenta incorporação” das estruturas econômicas e políticas do “sistema mundial moderno”: “muitos foram assassinados pela aplicação teológica dos princípios sagrados de Smith, Bentham e Mill” (p. 19). Compreende-se que as relações macroeconômicas e o domínio colonial produziram o subdesenvolvimento e o aumento da pobreza no “proto-terceiro-mundo”, cuja consequência foi o destino catastrófico das populações por causa do “declínio da capacidade do Estado de garantir a tradicional assistência social”.

Antes da grande estiagem de 1877, várias foram as causas de subdesenvolvimento das províncias do norte. Certamente, a dependência do sistema financeiro brasileiro em relação ao britânico dificultou “qualquer esforço de desenvolvimento que amenizasse a seca no sertão”. Ainda, tanto a posição econômica e política em declínio da região no cenário nacional, como também a crise do algodão e a marginalização do sertão em relação ao litoral, tornaram frágeis as condições de vida dos pobres livres, ao ponto de facilmente entrarem em colapso com o insurgir das estiagens do El Niño. Portanto, as causas da enorme mortalidade devem ser buscadas não somente nos fatores naturais, mas, sobretudo, na estrutura social responsável por colocar esses sujeitos em posições de fragilidade no insurgir e no perdurar da seca.

Deve-se levar em conta, nesse viés, como a história do campesinato brasileiro configurou relações de subalternização na existência histórica dos sertanejos. Conforme indicam as sínteses de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (LINHARES; SILVA; 1999), a concentração fundiária agiu como fator responsável por produzir a pobreza no campo e submeter os camponeses aos grandes proprietários. Desse



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 **FAEC/UECE - CRATEÚS**

modo, tratando-se de uma sociedade escravista, como assevera Laura de Mello (MELLO E SOUZA, 2015, p. 24), “se existe uma ordem classificadora, o seu reverso é a desclassificação”, que figura na situação dos homens livres pobres, cuja posição social não apresenta “grandes vantagens com relação ao escravo” (p. 25).

Apesar de ser uma sociedade rigidamente hierarquizada, o regime alimentar dos sertanejos não é ruim, como indica Josué de Castro (1984), pois em tempos normais, a alimentação no sertão nordestino é sólida e bastante equilibrada, devido à produção alimentar que possibilita uma segurança alimentar. Já, no momento de estiagem, com as dificuldades de dar continuidade à colheita, a fome passa a ser produzida em massa, de maneira epidêmica. Para o autor, as faltas de chuvas, como fatores naturais, não são a principal causa da crise. Pelo contrário, os desastres humanitários ocorridos têm “causas mais ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais, às condições ou bases físicas da região” (p. 247).

Afinal, estamos falando de uma sociedade em que, para a classe senhorial, a segurança alimentar propiciada pela estrutura camponesa poderia dificultar as práticas de dominação. Como demonstra o professor Darlan Reis Júnior (2014), a fome tinha um papel primordial no processo de submissão dos camponeses aos senhores que detinham a posse da terra. No contexto do Cariri, a falta da fome era um empecilho à coerção ao trabalho, era problemática a “facilidade com que [os pobres livres] proveem suas primeiras necessidades”, pois, de tal maneira, “não sentiam os estímulos da fome” .

A situação de segurança alimentar dificultava a disponibilidade da mão de obra para os interesses da classe senhorial. Por isso, de acordo com a finalidade de “garantir a subordinação das pessoas que vivenciavam a condição de pobreza”, era preciso ter o “controle efetivo sobre a terra” (p. 15). Nesse sentido, privar o acesso a terra e produzir a fome tinha um papel nas práticas de coerção ao trabalho. Como essas relações de violência e dominação se aprofundam no explodir da estiagem?

No insurgir da seca de 1877, como consequência de um contexto de fragilidade, propiciado pela crise do algodão, o sistema social entra em colapso por causa da morte do gado e da impossibilidade de colheita. Desse modo, a desigualdade e o subdesenvolvimento do campo se transformam na miséria generalizada, exposta nas multidões que vagam pelos interiores e chegam às cidades. Nesse momento, segundo



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 **FAEC/UECE - CRATEÚS**

Neves (2000), há uma crise das relações paternalistas tradicionalmente estabelecidas em relação aos sertanejos pobres.

Modifica-se toda a forma de se relacionar com a pobreza, diante de uma estrutura de sentimentos (WILLIAMS, 1979) direcionada pelo medo das multidões de retirantes, consideradas perigosas para a ordem da propriedade privada. Nesse viés, com a finalidade de investigar a produção da mortalidade, deve-se analisar como os habitantes das cidades lidaram com a presença dos famintos.

A pobreza, até certo ponto, ela é tolerada, aceita e, inclusive, dotada de sentido positivo, como indica Michel Mollat (1989) acerca das diferentes concepções atribuídas aos pobres. De acordo com o que chama de “limiar de tolerância social à miséria” (p. 7), dependendo de respectivos contextos e condições de privação, o pobre pode tanto ser aceito pela sociedade, como também pode ser considerado repugnante, perigoso, alvo de repressão. No caso das situações de superlotação das cidades, durante as estiagens, a tolerância aos pobres e as práticas de caridade dão lugar ao horror diante das multidões, por causa da presença de dezenas de milhares de miseráveis e famintos a mendigarem pelas ruas (NEVES, 2000).

A presente pesquisa visa contribuir ao debate observando como, na experiência de convivência forçada, as elites urbanas construíram relações de inimizade (MBEMBE, 2017), diante da compreensão de que as aglomerações de retirantes eram ameaçadoras para sua sobrevivência. Para os abastados, era preciso “resolver o excesso de presença, a qual se diz ser a causadora de tantos insustentáveis sofrimentos” (p. 73). Afinal, caso não fosse resolvido o problema das aglomerações, temia-se tanto o desmoronamento da ordem social baseada na propriedade, como também a possibilidade de serem transmitidas doenças também aos habitantes do centro.

Desse modo, estamos diante de uma situação em que “resgatar o sentimento de vida depende, desde logo, da ruptura com aquele cuja ausência, e até o puro desaparecimento, jamais será vivida como perda” (Ibid.). No contexto, o medo foi responsável por produzir discursos de subalternização, que trataram a vida dos migrantes como se fossem de menores valores em relação à necessidade de preservar os qualificados. Cabe pensar, nesse sentido, como o racismo perpassou as relações estabelecidas diante dos famintos.



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 **FAEC/UECE - CRATEÚS**

Afinal, como concordam tanto Foucault (1999) como Mbembe (2003/2016), o racismo é a tecnologia que permite o exercício soberano de matar, ou, no caso visado, de expor à possibilidade de morte, submeter ao risco de perda da vida. Em uma sociedade escravocrata marcada pela coexistência do trabalho tanto de escravizados como de pobres livres, deve-se observar como os sertanejos eram visados pela ótica do racismo. Afinal, para que haja uma diminuição do valor da vida, bem como para que seja produzida a mortalidade de alguns corpos específicos, é preciso que existam distintas noções de cidadania para diferentes sujeitos.

Sob essa perspectiva, é preciso circunscrever a questão na conjuntura de transição da escravidão para o trabalho livre. No período de fim do escravismo, como indica Wlamyra Albuquerque (2007), a sociedade brasileira passava por um processo de racialização das relações sociais com a finalidade de garantir as hierarquias sociais no pós-abolição. Acontecia o que Achille Mbembe (2014) chama de devir-negro no mundo, em que, cada vez mais, vários grupos passaram a ser tratados como negros, dentro de uma visão racializada. Desse modo, em um país em vias de extinguir a escravidão, as noções de cidadania e direitos eram cindidas de acordo com critérios raciais.

Observando a população cearense, segundo o censo de 1876, é notável que dentre 721.686 habitantes, embora a quantidade de homens e mulheres livres (689.773) fosse maior do que a de escravizados (81.913), somente 268.836 (37,2%) indivíduos eram considerados brancos “em relação às raças” (BRASIL, 1877, p. 25). Em uma sociedade marcada pela escravidão e pela mestiçagem, de que maneira o racismo estruturava as relações sociais? No caso do Cariri oitocentista, a professora Ana Sara (CORTEZ, 2015) destaca que os trabalhadores rurais eram visados a partir de uma hierarquia de raça e classe, a partir do conceito de cabra, que considerava a miscigenação desses sujeitos como um fator de subalternidade.

Como indica Moraes (2003), o sertão é frequentemente visto como o lugar do atraso, povoado por “habitantes culturalmente ou racialmente distintos na classificação dos tipos nacionais” (p. 5). Nesse sentido, o sertanejo é costumeiramente definido de forma pejorativa, um “segmento diferente, um tipo exótico ou arcaico”, muitas vezes como “depositário dos males inerentes à mistura das raças” (p. 6).



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024

FAEC/UECE - CRATEÚS

Na seca de 1877, atentando à produção discursiva sobre os retirantes, é plausível pensar que, quando esses sujeitos foram julgados como bárbaros e ofensivos à civilização, por causa de supostas degenerações inatas, existia uma lógica racial implícita nos discursos da imprensa, das autoridades e dos intelectuais. Embora, em 1877, ainda não fosse nomeado dessa maneira, cada vez mais a questão se circunscreve em uma leitura de mundo norteadas a partir dos modelos raciais. Rodolfo Teófilo, particularmente, após passar uma vida pesquisando sobre a seca e os seus efeitos, conclui que “exigir desses mestiços – seres inferiores pela raça [...] – ações nobres é a maior das infabilidades” (TEÓFILO, 1919/1980, p. 83).

Portanto, quando vários agentes se referiam às aglomerações de migrantes, embora nem todos eles citassem explicitamente aspectos raciais, são evidentes indícios que denotam que se tratava de uma multidão compostas por mestiços, homens-cabras e, possivelmente, também negros libertos ou fugidos, que se confundiam nas multidões. Desse modo, cabe analisar como diferentes gêneros discursivos produziram a figura dos retirantes como a de indivíduos subalternizados e com menores direitos.

Atentando aos discursos da imprensa, é notável que tanto a imprensa liberal (*Cearense*, 1877) como também a conservadora (*Constituição*, 1878; *Pedro II*, 1878) se referiam aos migrantes de maneira semelhante, como perigosos e ofensivos à vida dos qualificados. Desde o início da seca, quando os famintos, em grande número, ocupavam as ruas das cidades interioranas, membros das classes médias e das elites temiam ataques à ordem da propriedade privada. Por outro lado, era bastante evidente o medo de que as aglomerações de migrantes se tornassem epicentros de propagação de epidemias. Diante do temor de perda da própria vida, as demandas de suprir a fome dos miseráveis eram menos urgentes do que as necessidades de proteção, por parte da “população fixa”.

No debate sobre a construção dos alojamentos, os chamados abarracamentos, a questão principal não era como ministrar o socorro da maneira mais efetiva, para impedir as mortes por doenças ou pela inanição, mas construir os abarracamentos longe do centro, com a finalidade de proteger os abastados da presença ameaçadora dos pobres. Era evidente, nos noticiários da imprensa, um medo guiado pela “percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida” (MBEMBE, 2017, p. 128.).



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024

FAEC/UECE - CRATEÚS

Quando solicitavam a “limpeza” da cidade, pouco relevante seria o possível destino dos retirantes, se eles iam morrer pela fome, ou pelas epidemias, a necessidade era proteger-se do contato com o flagelo. No decorrer da epidemia de varíola de 1878, é possível observar com clareza como as demandas eram proteger algumas vidas em detrimento de outras. Nos momentos em que morriam centenas de pessoas diariamente, a pauta dos jornais conservadores era remover os abarracamentos a sotavento e impedir o trânsito de retirantes pelas ruas, para impedir que a varíola se propagasse à “população fixa”.

Desse modo, atentando ao discurso da imprensa, é notória uma inversão do valor da vida: não somente algumas formas de vida valiam mais do que outras, mas eram postulados distintos direitos para sujeitos diferentes. Um mundo compartimentado, entre aqueles que importam e aqueles que não importam. Com efeito, o racismo e o medo implicavam em que, “por um lado, se reduza o valor da vida e, por outro, se crie o hábito da perda” (MBEMBE, 2017, p. 65). Na situação particular, aqui analisada, é notável que as vidas dos migrantes eram entendidas como se tivessem menor importância, tal como na relação colonial descrita por Frantz Fanon:

“A cidade do colonizado [...] é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. [...] A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acorçada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada” (FANON, 1968, p. 29)

O mundo colonial, como analisado por Fanon, é dividido em compartimentos habitados por espécies diferentes. Um mundo baseado em hierarquias de raça e classe, entre quem importa e quem não importa. Aqui, no âmbito da presente pesquisa, estamos observando como o medo, na experiência histórica, produziu discursivamente as aglomerações de migrantes como radicalmente perigosas para a sobrevivência das elites urbanas. Observa-se, nesse viés, o estabelecimento de uma relação colonial, que entendia esses sujeitos como racialmente diferentes, outra categoria de humanidade, ao mesmo tempo em que solicitava o seu afastamento.



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 **FAEC/UECE - CRATEÚS**

Embora as elites cearenses não estivessem no mesmo patamar civilizatório que os europeus, é notório que o “permanente sonho de ocupar o lugar do colono” levou esses grupos a tratarem os seus comprovincianos como radicalmente diferentes de si, a partir de discursos que expunham a barbárie dos migrantes, em contraposição à identidade que os qualificados buscavam construir para si mesmos, de maneira alinhada aos padrões eurocêntricos do que se entendia por civilidade.

Nesse viés, a partir da construção dessa diferença, observam-se semelhanças com o apartheid da África do Sul, que Achille Mbembe considera como uma regime que classificou as pessoas de acordo com diferentes categorias, ao que corresponde à instituição de direitos diferentes de acordo com a hierarquia racial. Nessa lógica, o necropoder opera no sentido de que a soberania “significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto” (p. 135). Por isso, a morte do colonizado pouco importa. Na construção do discurso sobre os migrantes, a vida desses sujeitos era categorizada como se tivesse menor valor, de tal maneira que a mortalidade passou a ser banalizada no cotidiano, aceita como se fosse inevitável.

Com efeito, na situação visada pela presente pesquisa, ao passo que os retirantes foram considerados ofensivos para a moral e a sobrevivência dos “civilizados”, construiu-se uma relação de inimizade que solicitava a expulsão desses sujeitos, no entendimento de que o sentimento de segurança à vida só poderia ser reestabelecido caso a presença desses indivíduos fosse retirada do horizonte de convivência. Nesse sentido, o necropoder opera por intermédio do Desejo de Apartheid, que solicita a segregação socioespacial desses sujeitos, mesmo que isso os expusesse à morte.

No discurso dos presidentes provinciais/estaduais, percebe-se que, tal como foi feito pela imprensa, as aglomerações também eram associadas à difusão de epidemias. Quando os governantes julgavam as causas da mortalidade de migrantes, entendiam os óbitos como naturais, causados mais pela providência divina – a falta de chuva – do que pelas ações das autoridades. Ainda, como agravante, os retirantes eram considerados culpados pelas suas próprias mortes, de acordo com uma ótica racista que alegava seus péssimos hábitos de higiene, sua falta de educação e sua recusa à vacinação. Nessa concepção, ao passo em que as mortes dos retirantes eram consideradas inevitáveis pelos governantes, salvar os qualificados era possível. Desse modo, repercutia-se um discurso



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 **FAEC/UECE - CRATEÚS**

que diminuía o valor da vida dos migrantes, ao mesmo tempo em que solicitava a assepsia urbana, com a finalidade de preservar os abastados.

Atentando para a prática governamental, é notório que o discurso referido anteriormente andava lado a lado com um controle territorial e com uma gestão da mortalidade, no sentido de buscar disciplinar os movimentos dos migrantes no espaço da cidade e de restringir as mortes aos retirantes. Desse modo, as políticas de socorros foram direcionadas de acordo com a busca da preservação da vida dos qualificados, em detrimento do impedimento dos óbitos dos retirantes. Enquanto os retirantes morriam cotidianamente, o objetivo era afastar e isolar as aglomerações, para que elas não trouxessem a morte também aos abastados. Nesse viés, é possível evidenciar o funcionamento do necropoder – por intermédio de um Desejo de Apartheid – na atuação da comissão de socorros em produzir e gerenciar a mortalidade de migrantes durante as secas.

Deve-se pensar, nesse sentido, como ocorre o exercício do poder no território da cidade, no entendimento de que o território é a mediação espacial do poder, perpassada por dimensões simbólicas e culturais, que resulta numa “apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos” (HAESBAERT, 1997, p. 42). No contexto visado, para proteger as elites urbanas, era necessário controlar os movimentos das multidões, isolá-las, ou mandá-las para bem longe.

Como destaca Foucault (2008), é sobre o território que a soberania é exercida, onde ela exerce domínio sobre a circulação e, no caso de poderes biopolíticos e disciplinares envolvidos, sobre a produção do corpo e os processos de vitalidade. Para nós, no recorte da necropolítica, objetiva-se pensar como, no território, é construído um domínio sobre a mortalidade. Afinal, deixar viver e fazer morrer envolve uma relação com o espaço: quem poderia viver na cidade dos civilizados?

De maneira bastante enfática, para os abastados, era preciso expulsar a presença supostamente ameaçadora dos famintos. Uma das soluções criadas com o objetivo de reduzir as aglomerações eram as propostas de emigração, consistentes em fazer embarcar milhares de indivíduos em vapores com destino a outras províncias. Infelizmente, desde 1877, foram comuns mortes e violências no decorrer dos processos de embarque, de transporte e de chegada aos locais de destino.



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 **FAEC/UECE - CRATEÚS**

Antes de embarcarem, a maioria desses sujeitos estava em péssimas condições de saúde, de tal maneira que, segundo Teófilo, “talvez nem dous terços supportassem os incommodos da viagem e a mudança de clima” (THEOPHILO, 1922, p. 166). No contexto, por “falta de abrigo e a deficiência de ração na capital” (Ibid.), muitos foram coagidos a emigrar, por causa da fome.

Apesar disso, a prática teve continuidade e a aprimoramento na seca seguinte, em 1888, quando o projeto emigratório aconteceu de forma muito mais autoritária do que na experiência anterior. Em Fortaleza, foi fundada uma nova instituição, a Hospedaria Geral de Emigrantes, responsável por efetivar uma série de mecanismos com a finalidade de garantir a emigração. Portanto, um aperfeiçoamento dos dispositivos de controle, de maneira alinhada, novamente, com a violência no trato com esses sujeitos. O uso da força era bastante evidente, conforme indicam as denúncias da imprensa liberal opositora ao governo, que diziam serem o acesso e a saída da Hospedaria eram rigorosamente controlados, mediante escolta policial.

A prática governamental evidencia como o exercício do poder soberano sobre o território institui a “apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico” (MBEMBE, 2003/2016, p. 135). Quando as autoridades empreendem a emigração, de modo bastante autoritário, mediante coerção pela fome ou pela força, elas demonstram como funciona a inscrição do necropoder no espaço: a territorialização do poder e da capacidade de “ditar quem pode viver e quem deve morrer” (Op. Cit. p. 123).

Por um lado, quando governantes exercem pressão sobre a saída de milhares de retirantes, o fazem isso diante da constatação sobre quem são aqueles que “podem viver” no espaço da cidade: a “população fixa”, como vida qualificada, que deve se proteger das multidões. Em contrapartida, o projeto de preservar os qualificados implica “relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto” (MBEMBE, Op. Cit., p. 135). Desse modo, salvaguardar o território significava expulsar os retirantes, mesmo que, para isso, fosse preciso submetê-los à fome e à violência.

De consequências ainda mais funestas do que as práticas de emigração, devemos situar a trajetória das políticas de isolamento na cidade, desde os abarracamentos de 1877 até o Campo de Concentração de 1915. A partir desses dispositivos, legitimados discursivamente para ministrar alimentos, remédios e habitações aos retirantes,



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS

compreende-se que os governos objetivaram empreender o confinamento desses sujeitos, de maneira alinhada a um controle da mortalidade, responsável por afastar o risco de contágio dos abastados, mas por expor os migrantes a potenciais riscos de morte.

Segundo o professor Fred. (NEVES, 1995), existe uma continuidade, desde os primeiros abarracamentos em 1877-79, dispostos de maneira mais ou menos improvisada, até a criação do campo de concentração em 1915, como uma medida premeditada para evitar as aglomerações de migrantes nas cidades. O autor demonstra como, desde 1877, houve o desenvolvimento de uma série de saberes sobre os retirantes, bem como noções médicas e urbanísticas vigentes na época, que culminaram no Campo como prática concreta de isolamento.

Desde a organização dos abarracamentos nos arredores da cidade, até a criação do primeiro campo de concentração, efetivado 38 anos depois, na seca de 1915, é notório que pretenderam o afastamento dos pobres do convívio com os abastados. De maneira permanente, no decorrer dessas práticas de isolamento, as mortes de migrantes sempre foram constantes e, de certa maneira, previsíveis, mas resolvê-las e impedi-las não era a prioridade do projeto em curso. O objetivo das autoridades era afastar o convívio das multidões, atendendo aos interesses da vida qualificada, mesmo que isso significasse “expor à morte” (MBEMBE, 2003/2016, p. 123) milhares de retirantes.

Com efeito, no decorrer de 1878, segundo os dados de Teófilo, cada vez mais, em consequência das péssimas condições dos abarracamentos, as epidemias se tornam a principal causa das mortes, em detrimento de falecimentos pela fome. Compreende-se que os abarracamentos, ao distribuírem o socorro de modo insuficiente e ao isolarem grandes contingentes de migrantes em espaços pequenos, possibilitam as condições de expor à morte milhares de retirantes por intermédio das doenças.

Nos 38 anos que se passaram até a criação do Campo de Concentração, em 1915, observa-se que, dentre os saberes constituídos sobre a seca, também estava cristalizada a noção de que aglomerar os retirantes poderia levá-los a morte. Teófilo demonstra isso com evidência em seu livro “A Seca de 1915”, no qual ele afirma, inclusive, ter avisado ao governador do Estado que “aglomerar os retirantes era matá-los” (TEÓFILO, 1980, P. 52).



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024

FAEC/UECE - CRATEÚS

Entretanto, apesar de serem conhecidos os riscos de grassarem epidemias entre os migrantes, caso eles fossem isolados em espaços fechados, o presidente do Estado, Cel. Benjamin barroso, optou por “localizal-os em um vasto terreno no Alagadiço, cercado”, com instalações de energia elétrica, “que facilitava a fiscalização a noite”, houvesse “lugar a que não fossem registrados actos de desrespeito ao pudor”. (BARROSO, 1916, p 7). Após o confinamento de mais de 8 mil retirantes em um espaço fechado, o resultado não foi outro, em poucos meses, o Campo propiciou a formação de epidemias entre os retirantes. Após terem morrido 2727 pessoas, o governo o desativou.

Em suma, desde os abarracamentos até a criação do Campo de Concentração, acostumou-se com a morte no cotidiano. Mesmo que esses dispositivos de isolamento produzissem a mortalidade de milhares de migrantes, os riscos possibilitados pela prática dominante eram silenciados, até o ponto em que se aprendeu a aceitar os óbitos, como se esses fossem causados mais pelos maus hábitos de higiene dos retirantes do que pelas ações/omissões das autoridades, em sua missão de salvar a vida dos qualificados.

FONTES HISTÓRICAS

PERIÓDICOS

Cearense, Fortaleza, 1877.

Constituição, Fortaleza, 1878.

Pedro II, Fortaleza, 1878.

DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS

BARROSO, Benjamin Liberato. **Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa do Ceará em 1º de Julho de 1916 pelo Presidente do Estado Coronel Benjamin Liberato Barroso**. Ceará-Fortaleza, 1916; (34 pag).

BRASIL. Directoria Geral de Estatistica – **Relatorio e Trabalhos Estatísticos – Apresentado ao Illm e Exm Sr. Conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo** – Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Imperio pelo Director Geral Conselheiro



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024

FAEC/UECE - CRATEÚS

Manoel Francisco Correia, em 31 de Dezembro de 1876. Rio de Janeiro. Typografia de Hippolito José. Rua do Hospicio n. 218, 1877

CRÔNICAS MEMORIALÍSTICAS

THEOPHILO, Rodolpho. **Historia da secca do Ceará (1877 a 1880)**. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922.

TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1915**. [1919] Fortaleza: Edições UFC, 1980.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **"Conserve-se a palavra senhor": abolição, racialização e a cidadania dos "homens de cor"**. Centro de estudos africanos, Universidade do Porto. 2008.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **O Cabra do Cariri Cearense: a invenção de um conceito oitocentista**. 2015. 354f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2015.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**. – tradução de Alda Porto – Rio de Janeiro: Record, 2002

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GARCIA, Ana Karine Martins. **A sombra da pobreza na Cidade do Sol: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do Século XIX**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

LINHARES, Maria Yedda Leite & Da Silva, Francisco Carlos. **História da Agricultura: combates e controvérsias**. São Paulo, Brasiliense, 1981.



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 **FAEC/UECE - CRATEÚS**

MBEMBE, Achille. Necropolítica. [2003]. **Arte & Ensaios**. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, nº 32, dezembro 2016.

_____. **Crítica da Razão Negra**. Tradução: Marta Lança. Lisboa, Antígona, 2014

_____. **Políticas da Inimizade**. Tradução: Marta Lança. Lisboa. Antígona. 2017.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 11

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989

MORAES, Antonio Robert de. O Sertão – um outro geográfico. TerraBrasilis [Online], 4 - 5 | 2003

NEVES, Frederico de Castro. Curral dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932). São Paulo: **Revista Brasileira de Historia**, v.15, nº29, pp.93-122, 1995.

_____. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

REIS JR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. Tese de doutorado em História Social, UFC, 2014

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na Seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou uma planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, [1978], 1981.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.